



# SUDAMERICA

Revista Internacional de Direitos Humanos

## **“EU VENHO ME FORTALECER DENTRO DESSE PROCESSO POLÍTICO”: EXPERIÊNCIAS DE MILITÂNCIAS LÉSBICAS FEMINISTAS NO CEARÁ**

### **"I HAVE BEEN STRENGTHENING MYSELF WITHIN THIS POLITICAL PROCESS": EXPERIENCES OF LESBIAN FEMINIST ACTIVISM IN CEARÁ**

**Dossiê Gênero e Resistências: Potências Feministas Frente às Violações de Direitos Humanos**

**Artigo recebido em 27/08/2025 e aceito em 22/10/2025.**

Larissa Ferreira Nunes<sup>1</sup>  
UniFanor

Mitchelle Benevides Meira<sup>2</sup>  
Centro Universitário Maurício de Nassau

Maria Iara Rodrigues de Souza Sales<sup>3</sup>  
Centro Universitário Estácio do Ceará

João Paulo Pereira Barros<sup>4</sup>  
Universidade Federal do Ceará

### **Resumo**

O artigo analisa as experiências de mulheres lésbicas frente à lesbofobia cotidiana, evidenciando como enfrentam violências simbólicas e estruturais. O objetivo é compreender as estratégias de reexistência desenvolvidas por essas mulheres no contexto de opressões diárias. A pesquisa, oriunda de uma tese de doutorado, utilizou metodologia com lente feminista, entrevistando 13 lésbicas em abordagem horizontal e engajada. A lesbofobia é tratada como estrutura cultural que apaga e desumaniza. Em contraponto, a militância e a ocupação de espaços públicos emergem como práticas transformadoras. As mulheres lésbicas organizadas politicamente desestabilizam a

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará e Docente do Curso de Psicologia na UniFanor. E-mail: larissafnpsico@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5384-0896>.

<sup>2</sup> Graduanda em Gestão Pública pelo Centro Universitário Maurício de Nassau e Secretária de Estado na Secretaria da Diversidade. E-mail: mitchelle.meira@diversidade.ce.gov.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-7994-0589>.

<sup>3</sup> Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Ceará. E-mail: iara.rssales@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1165-9689>.

<sup>4</sup> Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará e Docente do Curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7680-576X>.



norma social heteronormativa. A pesquisa conclui que suas ações não só enfrentam a violência, mas também propõem novas formas de existência. Assim, contribuem ativamente para uma sociedade mais justa e inclusiva.

**Palavras-chave:** Lésbicas; Movimento social; Feminismo lésbico.

### **Abstract**

This article analyzes the experiences of lesbian women in the face of everyday lesbophobia, highlighting how they confront symbolic and structural violence. The objective is to understand the strategies of re-existence developed by these women within their daily struggles. The research, based on doctoral dissertation, used a feminist lens methodology and involved interviews with 13 lesbian participants in a horizontal and engaged approach. Lesbophobia is presented as a cultural structure that erases and dehumanizes. In contrast, activism and the occupation of public spaces emerge as transformative practices. Politically organized lesbian women challenge heteronormative social norms. The study concludes that their actions not only resist violence but also propose new ways of existing. Thus, they actively contribute to building a more just and inclusive society.

**Keywords:** Lesbians; Social movement; Lesbian feminism.

### **Introdução**

Este artigo propõe analisar as experiências vividas por mulheres lésbicas diante da lesbofobia cotidiana e as estratégias que elas desenvolvem para enfrentá-la. A lesbofobia cotidiana refere-se ao preconceito e à discriminação que essas mulheres enfrentam no dia a dia, não necessariamente em formas extremas ou explícitas, mas presentes em atitudes, falas, olhares e comportamentos frequentes.

Assim, essa forma de lesbofobia é o foco central do artigo e orienta toda a discussão. Para fins de compreensão, cabe destacar que a lesbofobia vai além do preconceito contra a orientação sexual; ela está profundamente ligada à misoginia, o desprezo e o ódio direcionados às mulheres em geral. Por isso, as lésbicas sofrem uma violência que resulta tanto da discriminação por serem mulheres quanto por sua orientação sexual não heterossexual. Além disso, essa violência pode se intensificar dependendo da expressão de gênero da mulher lésbica. Mulheres que não performam a feminilidade conforme os



padrões impostos pelo patriarcado, denominadas “desfem<sup>5</sup>”, tendem a sofrer uma lesbofobia ainda mais severa. Ou seja, a lesbofobia cotidiana se manifesta de forma mais contundente contra aquelas que desafiam as normas tradicionais de gênero, sexualidade e feminilidade.

Essa pesquisa é resultado de uma tese de doutorado defendida em 2024, intitulada “Minha vida tomou cor”: trajetórias, lutas e (r)existências de mulheres lésbicas no Ceará, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará e ao Grupo de Pesquisas Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação. O estudo, realizado no estado do Ceará, teve como foco compreender as formas de reexistência, individuais e coletivas, elaboradas por mulheres lésbicas diante da violência sistêmica que as atravessa cotidianamente.

Utilizou-se uma metodologia de lente (lesbo)feminista, na qual 13 lésbicas foram entrevistadas. Essa centralidade lesbo reivindica uma contraposição que desloca a lesbianidade da marginalização para a centralidade que ela merece para ser entendida em sua complexidade. Nesse sentido, toma-se uma posição lesbocentrada<sup>6</sup>. Ao pontuar uma crítica ao saber universal que historicamente subalterniza, silencia e invisibiliza as lesbianidades, a metodologia empregada não buscou neutralidade, mas sim construir uma investigação horizontal, comprometida com os sujeitos envolvidos e com transformações sociais efetivas.

No Brasil, o cenário da violência contra lésbicas é alarmante. O LesboCenso Nacional, conduzido pela Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) em parceria com a Associação Lésbica Feminista de Brasília, aponta que 78,61% das participantes já vivenciaram situações de lesbofobia. As formas mais frequentes são o assédio moral (31,36%), o assédio sexual (20,84%) e a violência psicológica (18,39%) (Tagliamento; Brunetto; Almeida, 2022). Ainda, 6,26% relataram conhecer lésbicas assassinadas por conta de sua orientação

---

<sup>5</sup> O termo “desfem” vem da conta da expressão de gênero/performance de gênero de mulheres que não reiteram à feminilidade padronizada, portanto, são as chamadas caminhoneiras/sapatão.

<sup>6</sup> Uma perspectiva lesbocentrada não apenas observa, mas se alinha às denúncias e resistências das mulheres que vivenciam a negação de direitos e violências lesbofóbicas e bifóbicas. É uma abordagem ética, política e epistêmica que reconhece essas mulheres como produtoras legítimas de saberes. E as afirma como protagonistas na luta por justiça social.



sexual, esse dado revela a dimensão letal dessa forma específica de violência (Tagliamento; Brunetto; Almeida, 2022). Tais agressões ocorrem, majoritariamente, em espaços públicos (19,66%) e domésticos (14,68%), sendo a família a agressora em quase um terço dos casos (29,32%). Ainda revela que uma parcela (21,23%) dos episódios de violência foi cometida por desconhecidos, o que evidencia que a lesbofobia é frequentemente não pode ser entendida como substancial, mas como parte de um fenômeno maior que estrutura práticas de uma sociedade (Tagliamento; Brunetto; Almeida, 2022).

As reações a essas violências revelam, por sua vez, os limites de acesso à justiça e a desconfiança com as instituições de proteção: 38,36% das mulheres não adotaram nenhuma medida após o último episódio de lesbofobia, 22,47% buscaram apoio em suas redes de amizade e apenas 6,95% recorreram a órgãos oficiais (Tagliamento; Brunetto; Almeida, 2022). Esses dados denunciam não apenas a frequência das violações de direitos, mas também a omissão estrutural do Estado diante das especificidades das violências contra lésbicas.

Neste contexto, o presente artigo dialoga diretamente com o tema do dossiê “Gênero e Resistências: Potências feministas frente às violações de Direitos Humanos”, ao evidenciar como mulheres lésbicas têm mobilizado práticas de resistência diante de uma realidade marcada pela exclusão e pelo apagamento. Suas estratégias de reexistência, que envolvem o fortalecimento de vínculos afetivos, a construção de redes políticas e a criação de espaços de visibilidade, traduzem um enfrentamento lésbico-feminista-político à violação sistemática de seus direitos.

Assim, este estudo parte da compreensão de que as violências lesbofóbicas representam uma grave afronta aos Direitos Humanos, pois comprometem a integridade, a autonomia e a liberdade de mulheres que desafiam as normas impostas da heterossexualidade obrigatória. A lesbofobia cotidiana estrutura exclusões, fecha espaços e vulnerabiliza a condição de vida. No entanto, é a partir da construção de identidades afirmativas e da inscrição em movimentos políticos que elas forjam as lentes pelas quais enfrentam essa realidade, afirmando-se como protagonistas de resistências



que visam desarticular um dos principais mecanismos que ferem sua dignidade humana e impedem o exercício pleno da cidadania. Ao denunciar a lesbofobia e propor formas de superação, essas mulheres se colocam como sujeitos políticos que disputam o direito à existência digna e à cidadania plena.

### **Percursos metodológicos**

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa e feminista, ancorada no reconhecimento de que o conhecimento é sempre situado, histórico e atravessado por relações de poder. Em oposição à objetividade tradicional da ciência moderna, que se pretende neutra e universal, este estudo reivindica uma perspectiva de saber localizado, como proposto por Haraway (1995), que rompe com o mito da imparcialidade científica e denuncia os silenciamentos impostos às experiências dissidentes à norma.

Nessa linha, Harding (2019) argumenta que o feminismo cumpre um papel essencial ao reconfigurar os modos de produzir ciência, desafiando os paradigmas excludentes e desvelando os estereótipos de gênero que atravessam a construção do conhecimento. Para ela, é necessário deslocar-se da “objetividade fraca”, aquela que desconsidera as condições políticas, econômicas e culturais que sustentam a pesquisa, em direção a uma “objetividade forte”, baseada numa racionalidade posicionada, que valoriza o lugar social de quem pesquisa.

Cientificamente, a proposta avança a partir de uma perspectiva lesbocentrada, ampliando a capacidade de produzir conhecimento situado sobre sexualidades dissidentes. Paralelamente, fundamenta-se em epistemologias lesbocentradas, inspiradas em autoras como Anzáldua (2000), Rich (2010), Wittig (2019) e Espinosa-Miñoso (2022); que reconhecem os saberes produzidos a partir das vivências e resistências de mulheres lésbicas.

Haraway (1995) contribui ao enfatizar a relevância das epistemologias parciais, que visibilizam narrativas silenciadas e desafiam o modelo universalizante de ciência. Do mesmo modo, autoras como Anzaldúa (2000), Lugones (2014) e Espinosa-Miñoso (2022) apontam a importância de métodos artesanais, afetivos e encarnados, que partem da experiência vivida como lugar



legítimo de produção de conhecimento. Esses referenciais conduzem a uma postura de envolvimento crítico com o campo, onde a subjetividade da pesquisadora e das interlocutoras não é um ruído metodológico, mas um recurso epistemológico. Dialogando com Coimbra e Nascimento (2008), entende-se a produção de conhecimento como parte das disputas políticas contemporâneas, e não como uma prática isenta ou meramente técnica.

A realização da pesquisa implicou ainda um giro de(s)colonial, necessário para deslocar a lente da neutralidade científica e abrir espaço para o encontro de vozes lésbicas plurais. Para isso, foram conduzidas entrevistas de cunho narrativo, escolhida como estratégia metodológica capaz de captar os sentidos atribuídos às experiências, as memórias reconstruídas e os afetos mobilizados ao longo das trajetórias de vida das participantes.

Foram entrevistadas 13 mulheres, elas aconteceram em formato virtual, via Google Meet, sendo gravadas, transcritas e analisadas com base no referencial teórico previamente delimitado. A análise utilizou a proposta de “analísadores” de Lourau (2004), que, neste estudo, concentram-se nos eixos de raça e sexualidades. Tais analisadores permitiram compreender as dimensões estruturais das violências vividas, bem como suas reverberações subjetivas e sociais, atravessando todas as camadas do material empírico coletado. Por fim, ressalta-se que a pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, tendo sido aprovada sob o parecer nº 4.979.361, garantindo o cumprimento dos princípios éticos exigidos para estudos com seres humanos.

Este trabalho se insere, portanto, dentro desse movimento de ruptura com o cânone científico hegemônico. É um posicionamento ético-político de uma escrita encarada nas resistências, dores e afetos de lésbicas e suas dimensões de vida. Mais do que estudar lésbicas, uma abordagem lesbocentrada produz conhecimento a partir da lesbianidade como forma de existência e resistência. Isso implica reconhecer que os saberes provenientes dessas vivências são legítimos, transformadores e essenciais para repensar categorias como gênero, sexualidade, corpo, política, cuidado, violência e cidadania. Por sua natureza ética, política e epistêmica, essa perspectiva



confronta diretamente a lógica da marginalização, reivindicando reparação histórica, representatividade e participação efetiva na formulação de políticas públicas, especialmente em contextos de apagamento institucional.

### **A negação da humanidade às mulheres lésbicas: entre o universal dos direitos e a produção do desvio**

A lesbofobia, enquanto fenômeno social e político, articula preconceitos, práticas discriminatórias e violências direcionadas à mulheres lésbicas ou socialmente percebidas como tal (Soares; Peres; Dias, 2017; Wermuth; Canciani, 2018; Feiten; Irineu, 2021). Essa violência é sustentada por lógicas patriarcais misóginas e por uma cultura de heteronormatividade compulsória (Rich, 2010; Wittig, 2019), e manifesta-se de diferentes formas: de maneira explícita, por meio de agressões físicas e verbais; de forma velada, como demissões arbitrárias ou rupturas familiares; e de modo internalizado, quando a vítima absorve as opressões, resultando em culpa, medo e autossabotagem (Rojas; Mansilla, 2021; Remedi; Fortuna, 2022).

A escuta atenta das narrativas das mulheres lésbicas da pesquisa evidencia uma compreensão crítica e articulada das forças sociais que operam em suas vidas. Suas falas revelam como o machismo, o capitalismo, o racismo e a lesbofobia se entrecruzam na produção de marginalizações, silenciamentos e vulnerabilidades, compondo um cenário de constante exclusão dentro da sociedade brasileira contemporânea.

O machismo, ele é um tentáculo, ele é um suporte, ele é uma pirâmide, uma coluna para esse sistema capitalista que aniquilador, sabe? Um sistema classista. E que nós LGBTs, nós mulheres lésbicas estamos sendo invisibilizadas, sendo atacados na sociedade (Cláudia, 05/10/2021, entrevista).

Cláudia, por exemplo, identifica o machismo como um dos pilares estruturantes do sistema capitalista opressor que subalterniza, sobretudo, mulheres lésbicas. Para ela, o machismo não se reduz a atitudes pontuais de discriminação, mas funciona como uma engrenagem central que alimenta e sustenta a invisibilidade das pessoas LGBTI+ e a violência direcionada a esses corpos. Sua leitura aponta para o papel do patriarcado enquanto sistema que



consolida a dominação masculina e, simultaneamente, oprime mulheres lésbicas e outras identidades que fogem do padrão cisheteronormativo.

Mitchelle, por sua vez, amplia a discussão ao abordar a criminalização das mulheres lésbicas no sistema penal brasileiro. Ela chama atenção para o modo como essas mulheres são frequentemente associadas a estereótipos negativos e, por consequência, submetidas a punições desproporcionais. Em sua análise, a lesbofobia opera também no campo da justiça, onde essas mulheres são tratadas com desconfiança, criminalizadas não apenas por seus atos, mas por seus modos de existir:

Diziam: ‘mas vocês têm os dados sobre as mulheres lésbicas?’ Se elas são expulsas de casa, vão ser exploradas pelo mercado do corpo, mercado de drogas... muitas mulheres são mulas, levam drogas e tal. E aí é outra coisa. Se você for ao presídio feminino, vai ver outra realidade sobre a questão da lesbianidade em privação de liberdade. É muito doido isso. Se você for ver quem são as mulheres lésbicas e os crimes que elas cometeram, ou é tráfico de drogas ou se envolveu em uma briga e matou alguém por conta de alguém que ia matar ela. É isso. Poucas estão no sentido de crime organizado (Mitchelle, 05/10/2021, entrevista).

Esse relato traz à tona o modo como a exclusão social e o rompimento com a família “empurram” essas mulheres para situações de extrema vulnerabilidade, exploradas por redes ilegais e abandonadas pelo Estado. Mais do que isso, evidencia que a lesbofobia não se limita ao campo simbólico ou interpessoal, mas se materializa também nas estruturas de justiça e punição, contribuindo para o encarceramento de mulheres cujos crimes, em muitos casos, são reações à própria violência sofrida. Além disso, ainda rebate à crítica feita sobre o pouco número de lésbicas e destas organizadas; já que elas estão historicamente colocadas no lugar de cuidadoras.

Alice, ao relatar suas vivências, sublinha a força das dinâmicas locais na reprodução das opressões. Em seu depoimento, afirma: “O Ceará foi o lugar que até então eu mais fui discriminada, o lugar onde mais sofri preconceito” (Alice, 23/10/2021, entrevista). Sua fala destaca como o território não é neutro: contextos geográficos específicos, com suas próprias configurações culturais e socioeconômicas, produzem formas particulares de discriminação. A



experiência de Alice sugere que a lesbofobia se manifesta de maneiras intensificadas em determinados lugares, exigindo que as análises considerem também os marcadores espaciais nas opressões sofridas.

Então, eu nunca apanhei na rua. Eu nunca fui xingada. Eu acredito que sou uma mulher lésbica com a "passabilidade". Diferentemente das companheiras que são masculinizadas, ou desfem, as sapatão caminhoneira, como a agente fala... eu tenho esse passe, digamos social, mas que, não é por isso que eu não sofra porque a violência gênero, a violência sexual, ela é algo pluriclassista, pluriracial... eu só coloco que a dimensão dela, a carga de mais ou menos violência, ela vai depender do corte de raça, do corte de classe, do corte cultural, do corte social (Val, 09/10/2021, entrevista).

A lesbofobia, nesse sentido, não se reduz a atos isolados de preconceito ou violência. Trata-se de uma tecnologia de exclusão que age sobre os corpos, subjetividades e espaços ocupados por essas mulheres e atinge de forma interseccional estas; sendo mais intensiva com lésbicas desfem. Ela nega não apenas o direito à segurança, à liberdade ou ao afeto, mas o próprio reconhecimento da existência como vida digna de ser vivida. Como observa Rich (2010), o apagamento das lésbicas é parte do sistema de compulsoriedade heterossexual que estrutura a sociedade patriarcal. Essa exclusão se concretiza tanto nos silenciamentos institucionais, como a ausência de políticas públicas específicas, quanto nas violências interpessoais e estruturais que afetam sua integridade física, psicológica e simbólica.

Complexificando ainda mais esse fenômeno, quando as desfem são negras, recai sobre elas um estereótipo maior, as ditas caminhoneiras/sapatão; um discurso que está alinhado diretamente com o racismo: "tem muito tempo que eu tenho cabelo curto, mas quando eu raspei, a ojeriza subiu extremamente, o jeito das pessoas olharem foi bem maior" (Snoh, 07/09/2021, entrevista). Lídia e Lila também remetem a isso, corpos negros de sapatonas que possuem cabelos curtos, falaram sobre o processo é que reconhecer-se lésbica e reconhecer-se negra:

Tem um processo de desconstruir mentalmente as mentiras que nós crescemos acreditando como verdades. São contadas muitas mentiras. Muitas estórias sobre a negritude. E essas



mentiras vão forjando no tempo a realidade e os indicadores sociais, né? Então se assume em um lugar de ódio coletivo. Há um ódio coletivo sobre a negritude, que é a produção do racismo, mas até a construção dessa ideia racial ela é uma ficção da branquitude, né? Do mesmo jeito essa divisão social a partir das nossas genitálias. É como se nossas potências, nossas possibilidades no mundo fossem determinadas por fatores biológicos que fogem completamente do nosso controle, do nosso poder social. E a partir disso é como se tivesse em um lugar predeterminado. Então para que o reconhecimento como negro, como lésbica, como mulher, ele gere um lugar potente e transformador, antes tem toda um processo de abrir mão de muitas ideias que foram criadas quase como se fossem parte da gente e não fazem assim (Lídia, 09/11/2021, entrevista).

Ao serem historicamente posicionadas fora do “modelo” de humanidade hegemônica, mulheres lésbicas, sejam negras ou não, embora tenha que ser feito uma análise das intersecções das opressões singularmente; experimentam uma cidadania precária, marcada pela invisibilidade e pela negação de direitos básicos. Como argumenta Bicalho (2005), são alvo de processos de subjetivação que as mantém em posições de inferioridade e risco, legitimando sua exclusão por meio da ideia de que sua existência seria “menor”, “errada” ou “imprópria”. A violência contra lésbicas, portanto, não é uma distorção da lógica dos direitos humanos, mas um sintoma de sua formulação original excludente baseadas em lógicas liberais, eurocêntricas, burguês e branco.

Portanto, quando as mulheres lésbicas narram suas experiências de violência, exclusão e criminalização, o que está sendo revelado não são falhas pontuais em um sistema justo, mas os limites próprios de um modelo de humanidade que nunca as reconheceu plenamente como sujeitos de direito. A escassez de cidadania, vivida cotidianamente por essas mulheres, é reflexo direto dessa lógica excludente que estrutura os próprios marcos do que é considerado digno de proteção e de vida.

Assim, torna-se evidente que a marginalização das mulheres lésbicas opera de forma sistêmica, multifacetada e articulada, atravessando o cotidiano, os vínculos afetivos, os territórios e as instituições do Estado. O mesmo sistema que lhes nega uma cidadania plena é aquele que viabiliza e, muitas



vezes, legitima sua criminalização, seu silenciamento e, nos casos mais extremos, sua eliminação física. As falas aqui apresentadas não se limitam a denunciar episódios isolados de violência, mas escancaram a engrenagem estrutural que sustenta a lesbofobia e a produção social da vulnerabilidade.

Essa constatação dialoga diretamente com as críticas feitas à noção moderna e liberal de Direitos Humanos, que, embora se apresente como universal e inalienável, foi historicamente construída a partir de um ideal de sujeito restrito. Como destacam Coimbra, Lobo e Nascimento (2008), tanto o conceito de "direito" quanto o de "humano" foram forjados nas revoluções burguesas ocidentais, moldados por uma racionalidade eurocentrada, branca, cisgênero, heterossexual e masculina. A tão celebrada afirmação da Declaração Universal de 1948 de que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Na prática, sempre excluiu corpos não normativos, tidos como desviantes, perigosos ou fora da norma. É nesse sentido que se pode afirmar que os Direitos Humanos têm um corpo, e ele definitivamente não é lésbico.

As lésbicas, ao romperem com o regime heteronormativo e patriarcal, desafiam diretamente os pilares da subjetividade moderna ocidental, que naturaliza a heterossexualidade como pressuposto da vida social legítima. Ao recusarem a lógica de complementaridade de gênero e os destinos reprodutivos impostos às mulheres com base na copulação com homens com pênis, tornam-se alvos de processos de desumanização simbólica e material. São vistas não apenas como "desviantes" sexuais, mas como ameaças à própria ordem normativa do que é considerado humano. Tal como analisa Bicalho (2005), os Direitos Humanos não são neutros nem naturais: estão impregnados de historicidade, de disputas políticas e dos desejos normativos que moldam as subjetividades. E é justamente nessa moldura que se sustenta a exclusão das lésbicas da plena humanidade.

Essa produção de desumanização opera não apenas nos marcos legais e institucionais, mas também na cultura, na linguagem, na mídia e nas relações cotidianas. A lesbofobia cotidiana estrutura exclusões e vulnerabilidades, fecha espaços de participação e convívio, e inscreve nos corpos dessas mulheres os



traços do “perigo” e da “anormalidade”. Assim, ser lésbica é, ainda hoje, ocupar uma posição onde o reconhecimento da dignidade humana, princípio fundante dos direitos humanos, é constantemente negado. Entretanto, é justamente contra essa lógica que emergem as resistências. As mulheres lésbicas, ao inscreverem-se em coletivos, movimentos e redes de afeto, desafiam a ordem que as desumaniza. Suas estratégias de enfrentamento não apenas denunciam a lesbofobia, mas produzem novas formas de existência política, novas práticas de cuidado e novas possibilidades de reconhecimento. A identidade lésbica, longe de ser apenas uma marca de exclusão, transforma-se em uma lente de leitura crítica do mundo e em uma força de transformação coletiva. Através dessas formas de articulação e resistência, as lésbicas exigem não apenas o acesso aos direitos, mas a reconfiguração do próprio conceito de “humano”. O desafio, então, é mais profundo do que garantir o acesso das lésbicas aos direitos tal como formulados: é necessário tensionar o próprio conceito de humanidade que sustenta esses direitos, reconfigurando as bases sobre as quais se constrói a dignidade, o pertencimento e o valor da vida. Nesse movimento, as vozes lésbicas não apenas expõem as falhas do sistema, mas também produzem outros modos de existir, resistir e reinventar a política do humano.

### **Desafios e possibilidades da organização política a partir das narrativas das experiências de militância de mulheres lésbicas**

A década de 2000 marca um período decisivo para a organização política de mulheres lésbicas no Ceará, com importantes articulações que se conectam nacionalmente e se consolidam localmente. A trajetória de vida aliada ao ativismo político perpassa uma desconstrução pessoal, a qual foi impulsionada pelos movimentos feministas e/ou mistos LGBTI+, embora tenham construído um para si diante da permanente invisibilidade presentes nessas movimentações coletivas também. Esse percurso transformou a percepção das suas identidades e práticas. Inicialmente voltadas para a inclusão, essas mulheres passam a focar na transformação social e na luta por direitos mais amplos.



O ponto de partida apontado pelas entrevistadas foi o IV SENALE, realizado em 2001 em Porto das Dunas (Aquiraz), que juntou cerca de 130 mulheres e abordou temas centrais como cidadania, políticas públicas, saúde e organização política por e para lésbicas. Esse evento ajudou a fortalecer a visibilidade e a articulação lésbica no Ceará, numa confluência com o cenário nacional.

Esse foi um momento muito importante né, eu o considero, porque assim, você ter os bares... os espaços... os chamados guetos são muito importante né, mas ali é um espaço que praticamente é de lazer, onde as pessoas vão se encontrar, conversam, brincam... mas ali não se discute política ou que tenha um espaço ali onde você possa discutir política (Alice, 21/09/2021, entrevista).

Início do primeiro parágrafo da seção. Resquício já visto nos anos seguintes, cursos de marketing realizados em Salvador em 2003 contou com uma mobilização das lésbicas cearenses que construíram o SENALE. Esses eventos inspiraram a criação de instâncias mais sólidas de organização, resultando em 2004 a posição de um trio de lésbicas na Parada da Diversidade do Ceará. Mitchell conta que o Ministério da Saúde distribuiu uma verba que poderia financiar três trios elétricos para a parada, embora o movimento misto não quisesse, Mitchell sendo uma das organizadoras, assumiu um trio para que as lésbicas também tivessem um momento de visibilidade. A virada simbólica tornou ainda mais concreta a necessidade de uma auto-organização, Mitchell relata: “Organizamos o carro ‘Parada na Delas’ na avenida. Foi uma virada de chave para as meninas entenderem a necessidade de organização coletiva” (Mitchelle, 05/10/2021, entrevista).

Após essa mobilização, nasceu o LAMCE (Liberdade do Amor entre Mulheres no Ceará), segundo Lídia, fundado em 24 de abril de 2004, por lésbicas militantes em diálogo com o feminismo e com o Partido dos Trabalhadores. O grupo se inspirou na luta pela visibilidade, memória e criação da trajetória do movimento de lésbicas no Estado (Oliveira, 2015).

Posteriormente à saída do Trio Parada na Delas, nasceu o Coletivo Tambores de Safo, uma afirmação contundente da potência das margens enquanto lugar de criação política, artística e afetiva. O coletivo surge em um



contexto onde a política institucional e os movimentos hegemônicos não davam conta de contemplar as demandas específicas de mulheres lésbicas negras e periféricas. Assim, a experiência das Tambores de Safo evidencia como a construção de estratégias de resistência passa, necessariamente, por um reconhecimento profundo das intersecções entre raça, gênero, sexualidade, território e classe. Lídia relata:

[...] vamos fazer um processo preparatório, vamos construir os instrumentos ao tempo que a gente chama as sapatonas, as lésbicas para construir esses instrumentos, a gente vai fazendo um processo também de vivência política, sobre nossas realidades. Vamos fazer um processo de preparação com formação política (Lídia, 08/11/2021, entrevista).

A escolha da arte, em especial da música e da percussão, como linguagem política não foi apenas uma alternativa estética, mas uma tática de ocupação simbólica e física do espaço urbano. Na parada do ano seguinte, ao decidir investir em tambores ao invés de contratar um trio elétrico, como relataram Lídia e Lila, o coletivo subverteu as lógicas efêmeras da visibilidade pontual para apostar na construção de um legado permanente de mobilização e articulação comunitária. Foi um gesto de afirmação: fazer da batucada uma forma de grito coletivo, de denúncia, de encontro e, sobretudo, de identidade.

[...] é o primeiro ano que a gente ocupa a frente do primeiro trio, [...] logo depois da nossa fala, a gente sobe no trio oficial faz a nossa fala das lésbicas e convida as sapatão pra ir pra frente do trio e isso todas com chapéu de bruxa [...] para nós a maior força seria investir o dinheiro em instrumentos que não seriam usados só na Parada da Diversidade Sexual, seriam instrumentos usados para fortalecer a atuação das mulheres durante todo o ano, afinal de conta a nossa luta é todo dia (Lila, 08/11/2021, entrevista).

Nesse sentido, o processo formativo do grupo não se limitou ao domínio técnico dos instrumentos. Era, como Lídia narra, um espaço de elaboração política, onde a experiência de ser lésbica e negra em um país atravessado por desigualdades estruturais são colocadas em primeiro plano. A produção autoral do grupo, com músicas como “Lésbica e Negra”, tornou-se um instrumento de



disputa de narrativas dentro e fora do movimento, forjando um discurso político acessível, sensível e enraizado na vivência das integrantes.

Em 2005, a eleição de Luizianne Lins, atualmente Deputada Federal, para prefeitura de Fortaleza (2005-2012) representou um divisor de águas para as políticas LGBTI+. Luizianne, que já tinha sido vereadora, assume na campanha as questões emergentes da população LGBTI+. Sua gestão instituiu a Assessoria da Diversidade Sexual, que evoluiu para uma Coordenadoria e se articulou com políticas nacionais. Essa política pública trouxe a visibilidade lésbica à mesa oficial de discussão, ainda em um contexto conservador. Michelle e Luanna, entrevistadas, ressaltam que foi a primeira vez que a pauta LGBTI+ no Ceará foi assumida por uma parlamentar: “Luizianne foi pioneira e uma importante aliada nas conquistas LGBTQIA+ em Fortaleza [...] era a única parlamentar que transgredia com esse tema” (Michelle, 05/10/2021, entrevista).

Ao longo dessa trajetória, as políticas públicas para a população LGBTI+ implementadas na cidade, tornou-se referência nacional, criando institutos formadores como a Secretaria de Direitos Humanos com Coordenadorias de Igualdade Racial e Diversidade Sexual em 2008. Essa abertura institucional possibilitou a criação de instrumentos de diálogo, como conferências temáticas, grupos de trabalho intersetoriais, inclusive na área de segurança pública, e a inclusão de direitos LGBTI+ na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Michelle atuava como assessora parlamentar dos Mandatos de Luizianne Lins, atualmente está como Secretária de Estado da Secretaria da Diversidade, criada pelo Governador do Ceará, Elmano de Freitas.

Com esse ambiente mais favorável a partir das aberturas da prefeitura, o LAMCE passou a atuar com mais segurança política e institucional. Participou de projetos nacionais, como o "SOMOS LES", coordenando ações no Nordeste, e fortaleceu sua articulação organizada e visível. Luanna destaca o poder desses encontros: “O encontro é uma coisa potente, ainda hoje é nossa maior estratégia” (Luanna, 27/10/2021, entrevista). Ainda complementa, sendo uma mulher que nasceu no interior distante da capital do Estado, que se fortaleceu ao chegar em Fortaleza “[...] vendo mulheres que beijam mulheres



[...] percebendo o quanto precisamos fortalecer e promover esses espaços” (Luanna, 27/10/2021, entrevista).

Esse percurso evidencia como a formação política lésbica no Ceará dialogou e se beneficiou de um contexto nacional marcado por avanços desde o Governo Lula, o qual instituiu a primeira política para pessoas LGBTI+, o Brasil Sem Homofobia; mas também como se fortaleceu através da atuação coletiva, da ocupação de espaços institucionais e da criação de redes afirmativas autorreferentes, transformando invisibilidades em potências políticas reconhecidas.

As falas de Luanna, Mitchelle, Val e outras companheiras apontam para a complexidade do campo político LGBTI+, onde a disputa por visibilidade e recursos ainda reproduz lógicas patriarcais, racistas e elitistas. Como Mitchelle pontua, a ausência de mulheres lésbicas em espaços de poder, mesmo dentro da própria militância, não é fruto de desinteresse ou “falta de engajamento”, mas de uma estrutura que sistematicamente sobrecarrega essas mulheres com as tarefas do cuidado e da sobrevivência, elementos ausentes das preocupações hegemônicas do movimento.

É a gente apresentar essas mulheres, as mulheres lésbicas são muito invisibilizadas, por isso mesmo que a gente tá com a história do CLESC, por que as pessoas trans tiveram muito protagonismo e o movimento lésbico se confunde muito com o feminista, só que as demandas das mulheres lésbicas são diferenciadas de mulheres heteros, nós temos demandas específicas, nós sofremos preconceito duas vezes, por ser lésbica e por ser mulher, é pesado, é bem pesado (Fernanda, 13/10/2021, entrevista).

Mais recente, a criação do Coletivo de Lésbicas Cearenses (CLESC) e do Coletivo Parada na Delas, como continuidade e desdobramento dessa trajetória, representa uma tentativa de reinscrever a lesbianidade no campo político com maior densidade e autonomia. Ainda que atuando majoritariamente no ambiente virtual, o coletivo evidencia como a mobilização lésbica segue viva e pulsante, ainda que atravessada por limites materiais e simbólicos impostos pelas desigualdades estruturais. Já o Coletivo Parada na Delas surge após período pandêmico, na tentativa de retomar a visibilidade das



lésbicas na Parada da Diversidade Sexual no Estado. Coletivo esse que tem Manu Rocha a frente, uma lésbica que também está fundando um outro coletivo mais voltado para o audiovisual, Entre Elas. O Parada na Delas tem construído calendários fundamentais na luta e visibilidade de lésbicas, não somente na parada, mas construindo um coletivo de atividades no Agosto Delas.

Portanto, pensar essas movimentações sociopolíticas e os diversos relatos aqui reunidos, é pensar em práticas políticas que fogem à normatividade dos movimentos tradicionais. São práticas que nascem da escuta, do corpo, da música, do cuidado e da coletividade. Que se forjam nas bordas, nas ruas, nos becos, nos ritmos, nos chapéus de bruxa, nos gritos de “fora homofobia” e nos tambores que ecoam muito além das Paradas da Diversidade, como colocam as meninas que integram Tambores de Safo.

Mais que ocupar o trio, essas mulheres ocupam a história, reescrevendo-a a partir de uma epistemologia da sapatônica, onde a resistência é construída entre as batidas, os afetos compartilhados, e a recusa em se calar diante das múltiplas opressões. É nessa escuta profunda das margens que reside a potência de imaginar outras formas de existir, resistir e transformar.

Diante de todas essas reflexões, torna-se evidente que a militância de mulheres lésbicas é um instrumento indispensável na luta por reconhecimento, dignidade e justiça. Mais do que uma resposta às violências cotidianas e estruturais, ela se configura como um processo contínuo de construção coletiva, onde identidade, afeto e política se entrelaçam. A resistência lésbica não apenas denuncia as opressões, mas propõe novas formas de existência, convivência e transformação social.

A partir da vivência nos movimentos e coletivos, essas mulheres constroem redes de solidariedade que fortalecem a autoestima, desafiam o isolamento imposto pela lesbofobia e ampliam o alcance de suas vozes. A militância, portanto, não é apenas reativa, é propositiva, criativa e profundamente transformadora. Em um contexto ainda marcado por desigualdades e silenciamentos, sua continuidade é vital para garantir que as



identidades lésbicas não apenas existam, mas floresçam com orgulho, liberdade e segurança. A luta, assim, segue sendo urgente, necessária e profundamente enraizada na esperança de um futuro mais justo e inclusivo para todas.

### **Considerações Finais**

Com base nas reflexões apresentadas ao longo deste artigo, é possível afirmar que a inserção política das mulheres lésbicas, tanto no cotidiano de suas vidas pessoais, quanto nos espaços formais de participação, como os movimentos sociais e a política institucional, constitui a principal estratégia de enfrentamento à lesbofobia. A máxima feminista de que "o pessoal é político" se concretiza de forma contundente nas trajetórias dessas mulheres, que precisam politizar suas existências para resistir a um sistema que insiste em desumanizá-las.

A lesbofobia, mais do que um conjunto de atitudes discriminatórias, é uma estrutura profundamente enraizada na cultura, que se manifesta em práticas cotidianas de apagamento, silenciamento e violência. Ela atua como uma engrenagem que deslegitima a existência lésbica, retirando dessas mulheres o direito ao afeto, à visibilidade, à cidadania plena. É uma opressão que colabora para a construção social de uma imagem desumanizada da mulher lésbica, uma figura muitas vezes tratada como ameaça, aberração ou inexistência, o que, por sua vez, reforça a permanência da lesbofobia como norma cultural e social. Ou por vezes, fetiche de um ideal de masculinidade hegemônica que reitera à submissão das mulheres ao poder do macho.

Nesse contexto, a militância e a atuação política surgem como práticas de ruptura. A ocupação de espaços públicos, a construção de coletivos, a elaboração de discursos críticos e a inserção em partidos e mandatos populares não apenas promovem a visibilidade e o reconhecimento dessas identidades, como também desestabilizam as bases simbólicas e materiais que sustentam a lesbofobia. Mais do que uma demanda por inclusão, trata-se de um projeto de transformação social radical, que denuncia as opressões estruturais e propõe novas formas de viver, existir e resistir.



Portanto, as mulheres lésbicas que se organizam politicamente desafiam a lógica da marginalização e tornam-se agentes centrais na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, sobretudo na transformação da própria noção que legitima os direitos humanos no contexto neoliberal. A militância lésbica, nesse sentido, não é apenas uma resposta à violência, mas um ato de afirmação e criação de mundos possíveis. É pela via da política, em sua dimensão mais ampla, que se torna possível desmontar as engrenagens da desumanização e construir uma cultura que reconheça, valorize e celebre a diversidade das existências lésbicas.

Nesse sentido, a análise aponta que as principais estratégias de reexistência adotadas pelas lésbicas cearenses participantes da pesquisa se concentram na politização de suas vivências cotidianas, na criação de redes de apoio e na atuação coletiva em espaços sociais e institucionais. A ocupação de espaços públicos por meio da militância, a participação em movimentos sociais, coletivos lésbicos e partidos políticos foram práticas recorrentes, utilizadas não apenas como formas de visibilidade, mas como instrumentos de enfrentamento direto à lesbofobia estrutural. Além disso, destacam-se as práticas de cuidado entre pares, a construção de narrativas próprias e a valorização da afetividade lésbica como atos políticos. Essas estratégias não visam apenas resistir à opressão, mas criar modos alternativos de existir, transformando o cotidiano em um território de luta e afirmação identitária.

Em conclusão, a luta das mulheres lésbicas contra a desumanização cotidiana revela que sua identidade, historicamente marginalizada, pode se tornar uma poderosa força de resistência e transformação na luta feminista, LGBTI+ e sociocultural de modo geral. Ao desafiar estruturas legais, culturais e sociais que negam sua dignidade, elas não apenas reivindicam direitos, mas questionam e reinventam o próprio conceito de humanidade. Suas práticas de cuidado, articulação e enfrentamento criam novas formas de existir e de fazer política, ampliando os horizontes do que significa ser humano em uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

## **Referências bibliográficas**



ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229–236, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BICALHO, Paula Ponciano. **Subjetividade e abordagem policial: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos**. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COIMBRA, Célio; LOBO, Luma; NASCIMENTO, Maria. Por uma invenção ética para os direitos humanos. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 2, p. 89-102, 2008.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys E. Superando a análise fragmentada da dominação: uma revisão feminista decolonial da perspectiva da interseccionalidade. **Revista X**, v. 17, n. 1, p. 425-446, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v17i1.84444>. Acesso em: 22 ago. 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 22 ago. 2024.

HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. **Em Construção**, v. 1, n. 5, p. 143-162, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/emconstrucao.2019.41257>. Acesso em: 22 ago. 2024.

LOURAU, René. Objeto e método da análise institucional. *In*: ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 66-86.

LUGONES, María. Rumo ao feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Acesso em: 22 ago. 2024.

REMEDEI, Caroline; FORTUNA, Sandra Lourenço de Andrade. Lesbofobia e sua apreensão na produção científica em Serviço Social. *In*: Congresso Internacional De Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos; Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais; Congresso de Direito à Cidade E Justiça Ambiental, 2022, Londrina-PR. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2022. p. 1-12. Disponível em: <https://anais.uel.br/portal/index.php/conserdigeo/article/view/2391>. Acesso em: 19 mar. 2025.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas: Estudos Gays – Gêneros e Sexualidades**, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.



ROJAS, Zicri Orellana; MANSILLA, María Barrera. Lesbofobia, un análisis sobre experiencias de lesbianas artistas y activistas. **Femeris: Revista Multidisciplinar de Estudios de Género**, Madrid, v. 6, n. 1, p. 82-101, 2021.

SOARES, Suane Felipe; PERES, Milena Cristina Carneiro; DIAS, Maria Clara Marques. Lesbocídio: as histórias que ninguém conta. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 5., 2017, Salvador-BA. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30622>. Acesso em: 19 mar. 2025.

TAGLIAMENTO, Grazielle; BRUNETTO, Dayana; ALMEIDA, Raquel Mesquita. **I LesboCenso Nacional: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil – Relatório Descritivo 1ª Etapa (2021-2022)**. Brasília: Liga Brasileira de Lésbicas; Associação Lésbica Feminista Coturno de Vênus, 2022. 206 p. Disponível em: <https://lesbocenso.com.br/relatorio-primeira-etapa>. Acesso em: 19 mar. 2025.

VEIGA, Lucas. **Clínica do impossível: linhas de fuga e de cura**. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.

WERMUTH, Maiquel Angelo Dezordi; CANCIANI, Pamela. Entre identidades e microrresistências: onde estão as lésbicas. **Quaestio Iuris**, v. 11, n. 2, p. 1362-1377, 2018.

WITTIG, Monique. **O corpo lésbico**. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2019.



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.